

PARA UMA ARQUEOLOGIA DO ESPAÇO PÚBLICO E DA SOCIEDADE CIVIL EM PORTUGAL (SÉCULO XVIII-1926)

Maria Alexandre Lousada¹

RESUMO

Actualmente somos confrontados com mudanças nos conceitos de público e privado e com uma reconfiguração do espaço público, nomeadamente ao nível dos ‘fazedores’ de opinião e dos meios em que esta se produz e difunde. Realidade que reabriu o debate sobre as diferentes concepções de esfera pública, sobre o declínio ou a transformação do espaço público, sobre a construção de uma contra-esfera pública e de uma contra-sociedade civil alternativa, sobre o enfraquecimento ou a vitalidade da sociedade civil, sobre a relação dependente e constitutiva entre democracia e *mass media*. Quais serão as características da sociedade civil no futuro é uma questão em aberto. O conhecimento histórico não permite prever o futuro, mas permite saber que em certos momentos do passado estiveram em aberto hipóteses de diferentes futuros. No texto que se segue traça-se uma breve síntese da construção da esfera pública e da sociedade civil em Portugal, desde as origens no século XVIII até ao golpe militar de 1926 e a constituição do Estado Novo que reprimiu o associativismo livre e censurou a imprensa livre. A hipótese de uma sociedade liberal e democrática terminou aí, ou melhor, foi interrompida durante quatro décadas.

Palavras-chave: Espaço público. Sociedade civil. Associações. Sociabilidades. Portugal.

1. Actualmente somos confrontados com mudanças nos conceitos de público e privado e com uma reconfiguração do espaço público, nomeadamente ao nível dos ‘fazedores’ de opinião e dos meios em que esta se produz e difunde. Realidade que reabriu o debate sobre as diferentes concepções de esfera pública, sobre o declínio ou a transformação do espaço público, sobre a construção de uma contra-esfera pública e uma contra-sociedade civil alternativa, sobre o enfraquecimento ou a vitalidade da sociedade civil, sobre a relação dependente e constitutiva entre democracia e *mass media*². Quais serão as características da sociedade civil no futuro é uma questão em aberto.

Foi durante o século XVIII, no quadro do Iluminismo, que nasceram novos espaços e práticas de sociabilidade e depois, em consequência das formas de legitimação e organização do poder polí-

1 Os meus agradecimentos ao professor Luciano da Silva Façanha, coordenador do PGcult, à Professora Márcia Manir Feitosa e à Universidade Federal do Maranhão.

2 Na impossibilidade de referir aqui os inúmeros textos que têm preenchido o debate sobre estas questões, refiram-se apenas, a título indicativo, por exemplo, a síntese de Kubik (2007) sobre os diferentes conceitos de sociedade civil, a crítica de Negt e Kluge (1992) à noção de esfera pública burguesa de Habermas e a proposta do conceito de esfera pública proletária, ou a crítica avançada por Frazer (1992) à distinção apriorística entre público e privado e ao pretendido carácter unitário de uma esfera pública que exclui as mulheres. Acerca do declínio – ou transformação – da sociedade civil, veja-se o debate entre R. Putman e Th. Sckopol.

tico implementadas com o liberalismo, se afirmaram lentamente as associações modernas. São essas sociabilidades e associações que, juntamente com a imprensa, definem a esfera pública e constituem a sociedade civil no século XIX.

O conhecimento histórico não permite prever o futuro, mas permite saber que em certos momentos do passado estiveram em aberto hipóteses de diferentes futuros. No texto que se segue traça-se uma breve síntese da construção da esfera pública e da sociedade civil em Portugal, desde as origens no século XVIII até ao golpe militar de 1926 e a constituição do Estado Novo que reprimiu o associativismo livre e censurou a imprensa livre. A hipótese de uma sociedade liberal e democrática terminou aí, ou melhor, foi interrompida durante quatro décadas. A história da construção do espaço público e da sociedade civil como categorias políticas historicamente localizadas, incidirá nas formas e nos espaços associativos e de sociabilidade que foram criados em Portugal no período considerado, ou seja, no processo de construção do espaço público e da sociedade civil, onde se forma a opinião pública. Embora a esfera pública tradicional inclua também a imprensa, esta será apenas episodicamente referida. A exposição seguirá um fio condutor cronológico, sustentada em trabalhos publicados sobre o tema³.

2. Antes de prosseguir, impõe-se uma breve nota sobre os conceitos de esfera/espaço público e sociedade civil que aqui serão utilizados.

Segundo Habermas (1986) – o principal teórico da esfera ou espaço público – esta constitui-se entre o século XVIII e parte do século XIX⁴. Habermas (1986), embora refira a existência de variantes da esfera pública, nomeadamente a variante plebeia, estuda apenas a esfera pública burguesa por ser a dominante e orientar as outras formas que considera serem, como a burguesa, uma herança do século XVIII. É na esfera pública que se gera a opinião pública, assente na conversação, na discussão pública e na sua publicitação (publicidade/comunicação). Os espaços de sociabilidade literária e mundana como as academias, os salões e os cafés foram, no século XVIII, fundamentais na criação do espaço público. Essa fase inicial marcada pela conversa e discussão de temas literários (esfera pública literária) dará lugar a assuntos de natureza política (esfera pública política). Àqueles espaços se juntarão depois associações formais como a maçonaria, os clubes políticos e os culturais e de lazer.

Sociedade civil será aqui entendida como o conjunto de associações voluntárias – grupos políticos, associações recreativas, associações de socorros mútuos, sindicatos, clubes, etc – existentes num dado momento numa sociedade (FERNANDES, 2014). Embora sejam conceitos diferentes, espaço público e sociedade civil partilham atributos comuns e podemos definir sociedade civil como “o espaço público institucionalizado protegido da intervenção arbitrária do estado, no qual os indivíduos podem formar livremente associações” (KUBIK, 2007, p. 35).

3. No século XIX, Portugal não se afasta muito das grandes tendências europeias no que diz respeito às estruturas de sociabilidade associativa (LOUSADA, 2017). Mesmo em relação às sociabilidades típicas da época das Luzes, estudos recentes têm vindo a alterar a imagem do atraso português e a afirmar a consonância com o padrão europeu (ARAÚJO, 2003; KANTOR, 2004). Partindo da aceção de esfera pública e sociedade civil acima enunciada, podemos acompanhar o processo da sua

3 Vejam-se Alves (2000), Fernandes (2009), Lousada (2011 e 2017) e bibliografia aí utilizada.

4 Acerca do debate entre Habermas e os historiadores cf., entre outros, a síntese de Silva (2002, p. 46-54).

formação e consolidação tomando como indicadores primeiro os espaços setecentistas de sociabilidade e depois o movimento associativo e oitocentos.

Os espaços de encontro e discussão, autónomos em relação à Corte, à Igreja e à família, que podemos considerar como ‘laboratórios sociais’ da posterior sociedade civil - academias, sociedades científicas, maçonaria, salões e, também, livrarias e cafés – afirmaram-se no século XVIII, no quadro do Iluminismo. Fixemo-nos nas academias, nos salões e nos cafés. O período áureo das academias portuguesas situa-se entre finais do século XVII e a primeira metade do XVIII. A palavra academia era utilizada tanto para designar uma associação formal de carácter científico e ou literário-artístico, como reuniões regulares de pessoas letradas que recitavam e analisavam versos e discursos em torno de um tema (também chamadas certames académicos). Reuniam na casa de um dos ‘académicos’ e foram geralmente animadas ou patrocinadas por fidalgos. Entre 1615 e 1793 foram criadas cerca de 97 academias na metrópole (c. 44 em Lisboa) e 7 a 8 no Brasil, envolvendo um total de quase 900 membros, esmagadoramente homens (MATIAS, 1988; LOUSADA, 2011, p. 430-442). Estas academias entraram em declínio no período pombalino. Deve registar-se, todavia, pelo seu significado, a criação de três outras academias na segunda metade de oitocentos: a Arcádia Lusitana, o grupo da Ribeira das Naus e a Nova Arcádia. A primeira foi fundada em 1756 por três juristas, todos de origem plebeia; o grupo da Ribeira das Naus foi criado em data desconhecida pelo padre e poeta Filinto Elísio; a Nova Arcádia foi constituída em 1790 por um grupo de poetas. Ainda que tendo conhecido a proteção de aristocratas (por ex. do conde de Lourenço no caso da Arcádia e do conde de Pombeiro na Nova Arcádia), estas academias não tiveram origem em indivíduos da nobreza, a sua actividade foi atravessada por acesas polémicas e alguns dos seus membros foram presos por motivos políticos. O desaparecimento das academias no final de setecentos não deve fazer esquecer o papel que desempenharam na difusão cultural, na prática da discussão crítica e no estabelecimento de redes de circulação de informação. O declínio desta forma de sociabilidade terá sido, pelo menos em parte, consequência não só dos conflitos havidos entre os membros das várias academias, mas também fruto da emergência de outras formas de sociabilidade e comunicação que as tornaram obsoletas e com elas concorriam.

O salão e os cafés foram precisamente esses novos espaços de discussão, ambos libertos da tutela da corte e dos padrões académicos de debate e convívio, ambos símbolos do “século das luzes”. O primeiro tornara-se no século XVIII o espaço de um certo tipo de sociabilidade político-cultural-mundana (LOUSADA, 1998; LILTI, 2005). Já conhecido entre a nobreza portuguesa na primeira metade do século XVIII, no último quartel desse século difundiu-se socialmente e ficou conhecido pelo nome de assembleia. Os salões tanto podiam ser reuniões organizadas por nobres e burgueses letrados, com um lugar de destaque para as mulheres, onde participavam homens de letras e cientistas não nobres, como reuniões menos cultas e letradas em que predominava a música e o jogo. Em qualquer dos casos, e embora a componente mundana fosse essencial, os salões e as assembleias terão contribuído para a afirmação dum espaço em que se recitavam poemas, se conversava sobre literatura, sobre as notícias dos periódicos e os acontecimentos políticos do país (sobretudo após a revolução francesa e as invasões) – ou seja, formaram um dos primeiros elementos da esfera pública.

São todavia os cafés que constituem, verdadeiramente, um espaço alternativo às academias como regista Tinop, de modo satírico, a propósito de Bocage (apud LOUSADA, 2011, p. 449): “Can-

sado de tanta versegadura e de tanta asnidade dos neo-arcades, rompeu com a esnoga literateira em 1793, e, sem dar tento ao coaxar das rãs parnasianas, passou a frequentar o Nicola”. Nos finais do século XVIII, os cafés faziam parte de uma densa rede de estabelecimentos de comes e bebes que cobria a capital. Frequentados por gente das classes médias urbanas – comerciantes, funcionários públicos, mestres artesãos, caixeiros, publicistas, literatos e poetas – aí se liam em voz alta as gazetas, se escutavam os ‘noveleiros’ ou ‘doutores das novidades’, se comentavam as notícias. Como se denunciava nos relatórios da polícia, “falava-se com toda a liberdade na sagrada pessoa do príncipe e no seu ministério”, cantavam-se “cantigas ímpias”, liam-se livros proibidos. Estes espaços – a que se devem juntar os principais largos (Rossio, Praça do Comércio, ...), e certos estabelecimentos como as tipografias - representavam uma outra esfera pública, produtora de uma opinião pública em que a oralidade dominava (ALVES, 2000), constituindo a base de uma contra-esfera pública (NEGT; KLUGE, 1992), de uma “publicidade plebeia” cujas funções políticas são diversas da burguesa de Habermas (1986, p.38-39).

4. Foi ao longo do século XIX, lentamente, que as associações que constituem a sociedade civil se formaram. Mas se o direito de associação, isto é, o direito à constituição livre e voluntária e à existência autónoma, é actualmente uma característica dos sistemas políticos liberais e democráticos, nem sempre foi assim. A defesa da liberdade individual levou os primeiros liberais a encarar as associações com suspeição – e mesmo com hostilidade -, em particular as do mundo do trabalho. Depois, foi a partir do indivíduo que se criaram as novas associações, como resposta à fragilidade individual e como meio de fazer ouvir a voz dos cidadãos. Na maioria dos países europeus será necessário esperar pelo final do século XIX / início do XX para serem votadas as leis que garantiram a liberdade de associação. Tal não impediu, no entanto, que o associativismo se tivesse difundido durante Oitocentos – quer na Europa quer nos Estados Unidos. Entre a segunda metade e o último quartel do século XIX, assistiu-se mesmo a uma verdadeira “mania das associações” – cívicas, filantrópicas, de socorro mútuo, de classe, patronais, de cultura e recreio, religiosas, etc. (LOUSADA, 2017). Eram a principal forma de sociabilidade, de defesa de interesses e de perseguição de um objectivo comum fosse na área económica, política, cultural, científica ou recreativa.

Portugal acompanha as grandes tendências dos ciclos do movimento associativo europeu. Mergulhando as suas raízes nos finais do século XVIII, dando os primeiros passos durante a experiência liberal vintista, foi na década de 1840 que o ‘espírito de associação’ vingou. O período que decorre depois até à primeira guerra mundial é geralmente considerado como a época de ouro do associativismo. Segundo Nord (2000, p. XVI-XVIII) a Europa conheceu três fases de associativismo cívico, cada uma correspondendo a metamorfoses nas formas organizacionais⁵. Na primeira fase, entre 1815-1848, predominam os clubes e círculos aristocráticos e burgueses, masculinos, de sociabilidade mundana e cultural; no Reino Unido, surgiram também ligas e associações abertas às classes médias, de carácter cívico (temperança, abolição escravatura, maçonaria) e de características peticionárias (*subscriber democracy*). Este primeiro momento tem um “fecho dramático e abrupto” devido à repressão exercida pelos governos liberais na sequência do medo provocado pela vaga revolucionária de 1848. Nas décadas de 1860-70 tem lugar uma “segunda e mais forte erupção da

⁵ Para Portugal, cf. as periodizações gerais propostas por Pinto e Almeida (2000), Fernandes (2009) e Lousada (2011, 2017).

actividade cívica” que levou os contemporâneos a falar em ‘mania das associações’”. Multiplicam-se as associações profissionais, educativas e filantrópicas, criadas pelas classes médias, com participação de trabalhadores nas associações de socorros mútuos e nas cooperativas, que concorrem com as formas exclusivistas das primeiras décadas; o mutualismo é a forma mais característica desta fase, acompanhado do sindicalismo em Inglaterra e na Alemanha. A terceira fase desenrola-se nas décadas finais do século XIX, sendo caracterizada pelo crescimento do movimento operário em todo o continente europeu e pelo associativismo no mundo rural, graças ao papel desempenhado igrejas (casos da Bélgica, Alemanha, Itália do norte e Holanda) ou pelos recém-formados partidos socialistas (casos da Escandinávia e Itália). A sociedade civil tornara-se uma realidade transnacional (HOFFMANN, 2003). Este panorama geral deverá contudo ser matizado por quatro observações: o início do movimento associativo deve ser situado no século XVIII, no quadro do iluminismo, nomeadamente com as sociedades científicas, as academias, a maçonaria e os círculos (os *cercles* franceses) que são já espaços autónomos de encontro e discussão de interesses comuns; a influência da tradição associativa das corporações de ofícios mecânicos herdada do antigo regime, não deve ser menosprezada (LOUSADA, 2017), tal como o contexto legal e o papel regulador do estado (HOFFMANN, 2003); as relações que se estabelecem em cada período entre as associações (KAUFMAN, 2002) e a competição entre as elites pela mobilização das classes populares (FERNANDES, 2009; 2014) – colaboração, mas também e sobretudo, competição por membros, recursos e poder/influência, um dos factores que explica o crescimento associativo ao longo do século XIX .

Voltemos a Portugal. Durante a primeira revolução liberal (1820-1823), para além dos espaços de sociabilidade acima referidos, para além das cerca de 44 lojas maçónicas, das quais 16 em Lisboa (MARQUES, 1996, p. 131-168), e do primeiro clube recreativo português de tipo moderno fundado em 1819, conhecido por Assembleia Portuguesa (LOUSADA, 1998; 2011) foram criadas as primeiras associações formais de carácter eminentemente político, chamadas Sociedades Patrióticas e/ou Literárias. Nascidas da necessidade de mobilizar a opinião pública, preparar eleições, intervenções nas Cortes e discutir os negócios públicos, são a resposta às novas condições da vida política estabelecidas com o liberalismo. Tal como o aumento do número de periódicos, um outro instrumento activo da luta política (TENGARRINHA, 2006). As “antecâmaras” destas formas de associação foram, sem dúvida, as academias e os salões, no que se refere à tradição de discussão, e a maçonaria no que diz respeito à associação propriamente política e conspirativa. No entanto, quaisquer que fossem os seus antecedentes portugueses, as sociedades patrióticas e os clubes políticos inspiravam-se nos clubes da Revolução francesa e nas sociedades patrióticas e literárias espanholas. As primeiras sociedades patrióticas foram fundadas em Lisboa, entre Setembro e Novembro de 1820, imediatamente após o triunfo da revolução liberal. Até 1823 existiram pelo menos 16 (ou 18) destas sociedades, das quais 6 (ou 8) em Lisboa, 3 no Porto, mais um total de 7 em outras cidades ou vilas do país. No conjunto, “agruparam quase um milhar de cidadãos que poderíamos considerar o corpo político mais activo do Vintismo” (MARQUES, 1996, p. 280).

O fim da guerra civil e a vitória dos liberais em 1834 marcou o início duma nova fase do associativismo e, com ela, dum alargamento e maior complexidade da sociedade civil. Por um lado, extinguem-se as antigas corporações de ofício (decreto de 7 de maio de 1834) em nome do progresso económico e da liberdade de trabalho e proíbem-se as associações de trabalhadores de

base profissional. Sem as tradicionais associações que os protejam na doença, artesãos e operários fundam associações modernas, de novo tipo, primeiro de socorro mútuo (as únicas que são legalmente permitidas até 1891) como foi a *Sociedade de Artistas Lisbonenses* (1838-9) e, mais tarde, mesmo antes da sua regulamentação, sindicatos (associações de classe). Simultaneamente, surgem as primeiras associações de interesses comerciais e industriais, movimento encabeçado pela Associação Mercantil de Lisboa (1834). A vida política voltou a organizar-se em torno das sociedades patrióticas, que conheceram uma nova fase particularmente intensa sendo vulgarmente conhecidas pela designação de clubes - como sucedeu com a *Sociedade Patriótica Lisbonense* ou *Clube dos Camilos* (1836). A maçonaria continua em expansão, existindo cerca de 50 lojas maçónicas entre 1836-41 (MARQUES, 1996, p. 199). As elites urbanas fundaram clubes (*Círculo Eborense*, *Sociedade Vianense*, *Assembleia Figueirense*, *Grémio Literário*, *Royal Yatch Club* entre outros), e as classes médias (e populares) constituíram as primeiras filarmónicas (*Incrível Almadense*, *Figueirense*, *Harmonia Eborense*, a *Democrática Timbre Seixalense*, etc). Os advogados, os médicos, os farmacêuticos, os professores, etc., criaram as suas primeiras associações (de natureza híbrida, simultaneamente científicas e profissionais).

O reconhecimento do direito à liberdade de associação na Constituição de 1838 (artigo 14º) revelou-se efémero devido à restauração da Carta Constitucional em 1842. E foi certamente em consequência da agitação social e política nos últimos anos da década de 1840, e da manutenção de uma certa desconfiança perante o associativismo, que o Código Penal de 1852 (artigo 282º) proíbe as associações com mais de 20 pessoas que, sem autorização prévia do governo com as condições que ele considerar necessárias, se reúnam para tratar de assuntos políticos, religiosos, literários, etc., Contudo, as restrições não fizeram abrandar a dinâmica da sociedade civil. O ‘espírito de associação’, escrevia-se no *Jornal do Centro Promotor das Classes Laboriosas* (nº 8, 2 de Abril de 1853, p. 37) “lavrando por todo o velho Portugal, parece querer remoçá-lo; mostrando assim aos cépticos e aos já descoroçoados, que o solo abençoado da pátria não é estéril ás boas doutrinas”. A mudança de atitude dos governos liberais manifesta-se no Código Civil de 1867 (artigo 359º), ao consagrar o associativismo como direito originário dos cidadãos e, três anos depois, por decreto de 15 de Junho de 1870, ao autorizar a formação de associações, “para fins eleitorais, literários, artísticos, de recreio, e para fundação de montes de piedade ou montepios, independentemente de licença de autoridade pública”. Outros dois decretos do mesmo dia, consagram o direito de petição. Embora contrariada por outros governos, esta legislação é consequência da vitalidade, extensão e diversidade do movimento associativo. Finalmente, com a instauração da República, é consagrado o livre direito de reunião e de associação (Constituição, 1911, artigo 3º, nº 14) e o direito de formação de federações e uniões de associações de classe, sem necessidade de aprovação do governo (decreto de 27 de dezembro de 1924). Com o Estado Novo (1933-1974) o direito de associação deixou de ser livre.

Entre 1891 e o final da 1ª República, existiram em Portugal cerca de 2.500 associações de todo o tipo, salientando-se entre 600 – 700 associações de socorro mútuo, 500-700 de classe, à volta de 350 associações patronais, 400 de cultura e recreio, etc (LOUSADA, 2004, p. 30). Excluindo as associações de cultura e recreio, em 1921 o universo associativo era composto por 1.674 associações, das quais: 425 de trabalhadores na indústria (46.277 membros), 219 no comércio, serviço e transportes (39.127 membros) e 86 na agricultura e pescas (11.018 membros) (FERNANDES, 2009, p. 315).

Pode, portanto, falar-se também para Portugal duma ‘mania das associações’. Reportando-se ao Porto, em 1883, Ramalho Ortigão (1986, p. 151-154) registou esse fenómeno. Vale a pena transcrever uma parte, ainda que algo longa, desse artigo:

São espantosos os progressos do espírito de associação no Porto. Há ainda mais associações novas que novas ruas. Perde-se a imaginação no abismo de tantas designações diversas: *Sociedade de Alexandre Herculano*; *Sociedade de Beneficência D. Luís I*; *Sociedade de Beneficência D. Pedro V*; *Associação Artística Portuense D. Maria Pia*; [...] *Associação Humanitária Infante D. Augusto*; *Associação Liberal D. Pedro IV*; [...] *Associação Vila-Novense Fé, Esperança e Caridade*; *Associação Católica*; *Associação Firmeza e Aliança*; *Associação Fraternal de Beneficência Universal*; [...]; *Socorros Mútuos de Ambos os Sexos do Porto*; *Luz e Auxílio*; *Nova Euterpe*; *Sociedade Camoniana*; *Tecidos dos Operários do Porto*; [...]; *Beneficente Fúnebre Familiar*; *Sociedade Talma*; *Sociedade Parturiente Fúnebre*; etc., etc., etc. § Conto muito para cima de cem e afundo-me na voragem tenebrosa das mais devoradoras conjecturas ao querer interpretar o sentido dos títulos da maior parte delas [...]. § Do número das sociedades recreativas desapareceu a velha *Filarmónica*, templo da antiga arte musical da cidade do Porto [...]. Persistem ainda o *Clube Portuense* e a *Assembleia Portuense*, e há vários clubes novos, como o *Real Clube Naval*, o *Real Clube Fluvial Portuense*, o *Clube Ginástico*, o *Clube dos Caçadores* e o *Clube dos Progressistas*, assembleia de recreio fundada por operários e regularmente frequentada por eles e pelas suas mulheres. § De entre todas estas associações, sintomas mais ou menos característicos do estado de civilização portuense, sobressai, como instituição de primeira ordem, em competência no País, a *Sociedade de Instrução do Porto*. Fundada para vulgarizar ideias e espalhar noções, a *Sociedade de Instrução* tem cumprido brilhantemente a missão que se propôs, e ela só, em quatro anos de existência, tem feito mais para o progresso dos conhecimentos do que institutos oficiais de natureza análoga, todos juntos⁶. (grifo do autor).

5. Na breve arqueologia da formação do espaço público e da sociedade civil aqui esboçada, defendeu-se que ao longo do século XVIII, em Portugal como na maioria dos países europeus, as academias, os salões e os cafés substituíram a Corte enquanto lugar central da produção e crítica literária e artística. Foi nesses espaços de sociabilidade que nasceram e se consolidaram novos discursos e práticas que tendo começado por incidir em temas literários e científicos (esfera pública literária) se estenderam a assuntos de natureza política (esfera pública política) e desenharam uma nova cultura política típica das sociedades liberais. Mas para além desse elemento comum, separaram-nos aspectos importantes que poderiam ter conduzido a um espaço público com outras características. As academias e os salões têm uma composição social semelhante, mas enquanto as primeiras são um espaço esmagadoramente masculino, nos segundos as mulheres desempenham um papel importante na sua organização, periodicidade e escolha dos convidados; no caso dos salões, desenvolveu-se uma variante menos aristocrático-burguesa, certamente menos mundana e menos literária, mas onde seguramente se discutiriam as ‘novidades’ dos periódicos e da política. As academias e os cafés são ambos espaços masculinos, mas a afirmação do intelectual independente do mecenato nobre (de que, como se viu, dependiam as academias), o extravasar dos debates literários para fora do campo literário e progressivamente libertos das regras e da linguagem vigente nas academias separa-os. Por último, os cafés (e as tabernas) são estabelecimentos públicos – ou seja, de entrada livre, não sujeita a convite – pelos que as conversas e as polémicas até então circunscritas a espaços particulares passam a envolver indivíduos privados reunidos em lugares públicos, contribuindo assim para a formação e ampliação da comunidade crítica em que as regras e a linguagem são outras.

6 Ramalho Ortigão (1986, p. 151-154), crónica escrita em Julho de 1883.

A sociedade civil que se consolida durante o século XIX foi o resultado das tensões, conflitos e colaborações entre as diferentes esferas públicas. Na actualidade, parece estar a emergir uma outra esfera pública cujos contornos não são ainda claros. Podemos, no entanto, colocar algumas questões. Os conflitos e as divisões no mundo intelectual/académico merecem ser analisadas apenas como resultado de polémicas “puramente literárias” ou também como consequência do surgimento de indivíduos estranhos à “república das letras” tradicional, que circulam fora das sociabilidades (mundanas e outras) com que ela se articula? Qual é o seu contributo para a criação de um outro público que interpreta, avalia e dá a conhecer o seu julgamento? A blogosfera e as chamadas redes sociais, cujo acesso é mais livre e onde os juízos são menos controlados e o vocabulário mais vulgar, estão a substituir os antigos meios de formar opinião e influenciar o poder – a imprensa, os intelectuais ‘clássicos’, as associações, os partidos políticos? (NEGT; KLUGE, 1993, p.12-14) A esfera pública burguesa – a herdada dos séculos XIX e XX – excluía a expressão de muitos interesses, entre eles os das mulheres e os da maioria dos trabalhadores. O que o conhecimento histórico nos ensina é que a esfera pública é um lugar de conflito onde se jogam as hipóteses de diferentes futuros.

FOR AN ARCHAEOLOGY OF PUBLIC SPACE AND CIVIL SOCIETY IN PORTUGAL (18th CENTURY-1926)

ABSTRACT

Nowadays we are confronted by changes to the concepts of public and private and also by a reconfiguration of public space, namely by opinion makers and the means in which they produce and broadcast their views. Such has reopened the debate on the different conceptions of public sphere, the decline or transformation of public space, on the construction of a public counter-sphere and an counter civil society, about the weakening or vitality of civil society and the inherent dependence between democracy and mass-media. What will be the traits of future civil society remains an open question. Historical knowledge does not allow us to foresee the future, but it allows us to know that at certain moments of the past different futures were possible. The following text draws a brief synthesis of the construction of a public sphere and a civil society in Portugal, from its onset in the eighteenth century until the military coup of 1926 and the establishment of the Estado Novo regime, which repressed free association and censored the press. The possibility of a liberal and democratic society ended there, or else, it was interrupted/suspended for four decades.

Keywords: Public Sphere. Civil Society. Associations. Sociability. Portugal.

REFERÊNCIAS

- ALVES, José Augusto dos Santos. **A Opinião pública em Portugal (1780-1820)**. 2. ed. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2000.
- ARAÚJO, Ana Cristina. **A cultura das luzes em Portugal: temas e problemas**. Lisboa, Livros Horizonte, 2003.
- FERNANDES, Tiago. **A sociedade civil**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014.
- FERNANDES, Tiago. **Patterns of Associational Life in Western Europe, 1800-2000**. A Comparative and Historical Interpretation (Thesis in Political and Social Science). Florença: European University Institute, 2009.
- FRAZER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHON, Criag (ed.). **Habermas and the public Sphere**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1992. p. 109-142.
- HABERMAS, Jürgen. **Historia y crítica de la opinión pública**. La transformación estructural de la vida pública. 3. ed. Barcelona: Ed. G. Gili, 1986.
- HOFFMANN, Stefan-Ludwig. Democracy and Associations: Towards a Transnational Perspective. **Journal of Modern History**, n. 75, p. 269-299, 2003.
- KANTOR, Iris. **Esquecidos e renascidos**. Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759), S.Paulo;Salvador: Hucitec, 2004,
- KAUFMAN, Jason. **For the common good? American civic life and the golden age of fraternity**. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- KUBIK, Jan. The State and civil society. Traditions and new forms of governing. In: BRIX, E. et al. (Eds.). **Civil Society and the State**. Vienna: Passagen Verlag, 2007. p. 33-52.
- LILTI, Antoine. **Le Monde des salons. Sociabilité et mondanité à Paris au XVIIIe siècle**. Paris: Fayard, 2005.
- LOUSADA, Maria Alexandre. Associações profissionais: tradição e renovação. In: FREIRE, João (Org.). **Associações Profissionais em Portugal**. Oeiras: Celta Editora, 2004. p. 21-55.
- LOUSADA, Maria Alexandre. Sociabilidades mundanas em Lisboa. Partidas e Assembleias, ca. 1760-1834. **Penélope**, n. 19, p.129-160, 1998.
- LOUSADA, Maria Alexandre. Vida privada, sociabilidades culturais e emergência do espaço público. In: MONTEIRO, Nuno G. (Coord.). **História da Vida Privada em Portugal**. A Idade Moderna. Lisboa: Círculo de Leitores /Temas e Debates, 2011. p. 424-456.

LOUSADA, Maria Alexandre. O ‘espírito de associação’ em Portugal. Dinâmica social e legislação (1820-1926). In: VELOSO, L. et al. **Anarquismo, Trabalho e Sociedade**. Livro de homenagem a João Freire. Lisboa: Almedina, 2017. p.97-119.

MARQUES. A. H. Oliveira. **História da Maçonaria em Portugal**. Política e Maçonaria, 1820-1869. Lisboa: Presença, 1996.

MATIAS, Elze Maria Henny Vonk. **As academias literárias portuguesas dos séculos XVII e XVIII**. Lisboa: Fac. de Letras, polic. 1988.

NEGT, Oskar; KLUGE, Alexander. **Public Sphere and Experience: Toward an Analysis of the Bourgeois and Proletarian Public Sphere**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1992.

NORTH, Philip. Introduction. In: BERMEO, N.; Nord, P. **Civil Society before Democracy**. Lessons from Nineteenth-Century Europe: Rowman & Littlefield Publ., 2000. p. xiii-xxxiii.

ORTIGÃO, Ramalho. **As Farpas. O País e a Sociedade Portuguesa, Tomo I**. Lisboa: Ed. Clássica. 1986.

PINTO, A.C. e ALMEIDA, P.T. de. “On liberalism and the emergence of civil society in Portugal”. In N. Bermeo e P. Nord (eds.), **Civil Society before Democracy**. Lessons from Nineteenth-Century Europe, Boston, Rowman & Littlefield Publishers Inc., 2000, pp. 3-21.

SILVA, Filipe Carreira da. **Espaço público em Habermas**. Lisboa: ICS, 2002.

TENGARRINHA, José. **Imprensa e opinião pública em Portugal**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2006.

MINIBIOGRAFIA

Maria Alexandre Lousada

Licenciada em História e doutorada em Geografia (Geografia Histórica) pela Universidade de Lisboa. Professora da área de História da Faculdade de Letras, e investigadora do Centro de Estudos Geográficos- IGOT e do Centro de História- FLUL, da Universidade de Lisboa. A sua investigação tem-se centrado sobre a construção da sociedade contemporânea portuguesa, entre finais do século XVIII e 1926, em particular no estudo da contra-revolução, das sociabilidades e do associativismo, da cultura urbana e dos primórdios do turismo em Portugal.